

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano Estratégico da Província de Inhambane para o período 2011-2020 (PEP II) é parte integrante do processo provincial de planificação do Governo, com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconómico e combater a pobreza. A sua elaboração segue a avaliação do PEP I que vigorou de 2000 a 2010.

A acção do Governo durante este período apresentou resultados positivos tendo tirado a província do grupo das três mais pobres do país, em conjunto com Zambézia e Niassa. A redução da incidência da pobreza foi de 80,7% em 2002/3 para 57,9% em 2009, ou seja, em 22,8 pp. O mesmo período, a incidência da pobreza ao nível do país subiu de 54,1% para 54,7%.

O plano estratégico é composto das seguintes partes: definição de valores, da visão, dos objectivos estratégicos, dos pilares estratégicos. Foi realizada também um diagnóstico com base nos modelos PEST e SWOT.

Valores

Os principais valores da actividade governativa da província baseiam-se na Constituição da República que estabelece entre outros princípios (Artigo 11):

- a) Consolidação da unidade nacional;
- b) Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida e dos cidadãos;
- c) Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país;
- d) Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- e) Reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
- f) Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- g) Desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; e
- h) Afirmção da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais.

Visão

Inhambane, província próspera e segura e com um capital humano saudável e solidário

Objectivo Geral

Manter o crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8% ao ano e reduzir a incidência da pobreza de 57,9% em 2009 para 45% em 2014 e para 40% em 2020

Pilares Estratégicos

- Desenvolvimento Humano e Social
- Desenvolvimento Económico
- Boa Governação
- Assuntos Transversais

Diagnóstico

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Político-Legais (Governo)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade política nacional; • Sistema democrático em consolidação; • Política do Governo favorável à criação de um bom ambiente de negócios; • Política do Governo favorável à inserção social; • Estabilidade política regional (SADC); • Estabelecimento de protocolos entre os países da SADC; • Adesão do país às convenções internacionais, como por exemplo, Convenção de Lomé, Sistema geral de Preferências, Câmara de Comércio Internacional, Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimento, AGOA, acesso livre ao mercado da China; • Existência da Lei de Investimentos e benefícios fiscais; • Reforma do sector público; • Simplificação dos procedimentos de licenciamento de actividades económicas. • Existência de Legislação laboral • Existência de normas de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de negócios ainda com muitos obstáculos; • Incapacidade de o país defender adequadamente os seus interesses nas organizações internacionais; • Dificuldade de implementação de legislação ao nível nacional; • A baixa produção nacional e falta de infra-estruturas adequadas ao apoio da produção dificulta por vezes o país beneficiar das oportunidades criadas pelos acordos internacionais (Ex: AGOA, CHINA, UE); • Vulnerabilidade das fronteiras; • Níveis salariais insuficientes em relação ao custo de vida; • Crise política no Zimbabwe e nos Grande Lagos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo provincial devidamente estruturado até ao nível do Distrito; • Conselhos Consultivos locais (distritais, postos administrativos e de localidade) a funcionar normalmente; • Assembleia provincial em funcionamento regular; • Autarquias a funcionar regularmente nas cidades e vilas, nomeadamente, Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilankulo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos financeiros para o funcionamento pleno do Governo; • Escassez de recursos humanos devidamente qualificados; • Excessiva burocracia • Assembleia provincial a funcionar somente com um Partido representado; • Desmotivação de funcionários em alguns sectores públicos;

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente económico estável; • Crescimento económico permanente, desde há mais de 10 anos; • Inflação controlada a menos de um dígito; • Liberdade cambial; • Apoio externo ao OE; • Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais, terra fértil principalmente nas regiões Centro e Norte; potencial turístico invejável; • Infra-estrutura ferro portuária ao serviço dos países do interland; • Existência do FDD (vulgo 7 Milhões); • Disponibilidade de mão-de-obra. • Disponibilidade de bolsas e feiras económicas e de turismo ao nível nacional. • Existência de zonas económicas especiais. • Política de alargamento da base tributária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assimetrias no desenvolvimento ao nível nacional; • Calamidades naturais cíclicas, entre cheias e secas; • Falta de infra-estruturas de gestão de água; • Infra-estruturas de transporte ferroviário insuficiente e infra-estrutura rodoviária deficiente para a ligação de diversas localidades dentro do país; • Transporte marítimo baseado em oligopólio, com preços altos e infra-estruturas inadequadas em alguns portos secundários e terciários. • Em geral, baixa produção e produtividade nacional e falta de competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; • Elevada dependência externa: cerca de metade do OE depende do financiamento exterior, nas formas de crédito e donativos. • Prática de queimadas descontroladas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento económico estável a uma taxa média superior a taxa média nacional; • Disponibilidade de recursos naturais, entre os quais, florestas, fauna bravia e marítima; recursos hídricos, minerais; • Potencial turístico invejável; • Autonomia local de gestão do FDD (vulgo 7 Milhões). • Disponibilidade de rede de transporte e comunicações; • Ambiente favorável de negócios; • Disponibilidade de mão-de-obra; • Existência de instituições bancárias e de micro-finanças; • Presença de uma delegação do Banco de Moçambique; • Expansão de instituições de colecta fiscal; • Potencial agrícola, em particular, de citrinos, manga, ananás e de coqueiros. • Disponibilidade de energia eléctrica e de gás natural. • Existência de instituições empresariais e da sociedade civil em geral que contribuem para o aumento de empregabilidade da mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade local de exploração dos recursos; • Exploração não sustentável dos recursos naturais, em particular, florestais e marinhos. • Fraca capacidade de fiscalização dos recursos naturais; • Elevado défice orçamental; • Fraca rede da indústria transformadora, em particular, do agro processamento; • Falta de infra-estruturas de apoio a conservação e comercialização de produtos agrícolas; • Deficiente funcionamento dos sistemas de regadio e outras infra-estruturas de gestão de água; • Rede rodoviária insuficiente; • Estradas secundárias, terciárias e vicinais em mau estado de conservação; • Baixo nível de reembolso dos créditos do FDD. • Falta de domínio das Leis de trabalho.

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Sócio-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade social e cultural; • Utilização de uma língua oficial em todo o país; • Política do governo favorável ao desenvolvimento social e valorização da cultura nacional; • Disponibilidade de escolas e centros de saúde em todo o país; • Desenvolvimento do ensino privado a todos os níveis: primário, secundário e universitário; • Desenvolvimento da saúde privada em todo o país, entre importadores de medicamentos, provedores de saúde e farmácias; • Uso de línguas nacionais no ensino; • Reconhecimento da medicina tradicional. • Envolvimento de líderes comunitários no processo de desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de comunicação entre comunidades de diferentes regiões que não dominam o Português (língua oficial); • Escassez de escolas em algumas zonas, particularmente, nas cidades e vilas, densamente povoadas; • Inadequadas condições em algumas escolas, em particular, nas zonas rurais; • Inadequadas condições em algumas unidades sanitárias nacionais; • Escassez de medicamentos no serviço nacional de saúde; • Mercado informal tanto de livro escolar como de medicamentos; • Falta de professores devidamente qualificados nos diversos níveis do ensino nacional; • Falta de motivação geral dos professores e dos agentes de saúde pública; • Inadequada divulgação da oferta e procura de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de educação e de saúde implantada em toda a província; • Alguns indicadores de saúde favoráveis em relação à média nacional tais como “taxa de baixo peso à nascença” e “esperança de vida”. • Índice de desenvolvimento humano crescente ao nível da província; • Emprego crescente em particular nas cidades e vilas; • Existência de instituições de ensino superior e de formação técnica profissional; • Existência de instituições de promoção de emprego; • Implementação de programa de saúde preventiva; • Existência de festivais e de grupos culturais locais; • Rápida expansão da rede escolar no ensino básico; • Existência de locais históricos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ensino pré-primário; • Não aderência das comunidades locais aos serviços de saúde; • Deficiente enquadramento dos professores do ensino primário devido a restrição orçamental. • Venda de livro escolar de distribuição gratuita e de medicamentos no mercado informal; • Deficientes condições de algumas unidades sanitárias locais. • Escassez de medicamentos nas unidades de saúde públicas; • Existência de escolas sem equipamento e mobiliário. • Falta de mecanismos para informação constante do cidadão sobre as oportunidades do emprego.

Factores	Ambiente Externo		Ambiente Interno	
	Oportunidades	Ameaças/desafios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma Política e estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação no país; • Introdução do “governo electrónico”; • Disponibilidade de telefonia celular em todo o país; • Uso de internet em desenvolvimento ao nível nacional; • Relançamento do ensino técnico profissional ao nível do país; • Desenvolvimento do ensino superior no país; • Disponibilidade do IIAM; • Criação do Parque de Ciência e Tecnologia no país. • Existência de uma política de informática; • Expansão da fibra óptica por via terrestre e marítima; • Existência do fundo nacional de investigação; • Colaboração de universidade e indústria em pesquisa de desenvolvimento; • Implantação de vilas de milénio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível nacional; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível nacional; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível nacional; • Falta de segurança do cabo de fibra óptica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de sistemas de telefonia móvel em toda a província; • Uso de internet em desenvolvimento em todas as cidades e vilas; • Desenvolvimento do ensino técnico profissional ao nível da província; • Desenvolvimento do ensino superior na província; • Operacionalização da rede de dados (telefonia móvel, fixa, fax, internet) até aos distritos; • Existência de centros de multimédia (telecentro e rádio) comunitários; • Existência do portal do Governo Provincial; • Existência de jornadas e feiras científicas; • Existência de uma unidade móvel de formação em TICs (tecnologia de Informação e Comunicação); • Existência de um centro provincial de recursos digitais (CPRD). 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia persistente ao nível do Governo e do sector público ao nível da província; • Restrições orçamentais para desenvolvimento do “governo electrónico”; • Oligopólio nos serviços de telefonia celular; • Ensino técnico profissional incipiente ao nível provincial; • Ensino universitário direccionado em geral aos cursos relacionados com letras e não do “saber fazer” (Engenharias, etc.) • Baixo nível de uso de tecnologia desenvolvida ao nível provincial; • Falta de organismos de pesquisa aplicada ao nível provincial. fraco domínio das TICs; • Falta de fundos para o acompanhamento das inovações; • Falta de investigadores e de instituições de pesquisa.

Factores-chave de Sucesso

Consideramos como factores-chave de sucesso, os factores que condicionam sobremaneira o alcance dos objectivos estratégicos. Dos diversos factores, destacámos os seguintes:

- Cometimento de todos os agentes do desenvolvimento provincial (político, social e económico);
- Melhoria constante do ambiente de negócios;
- Desenvolvimento do capital humano;
- Eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros;
- Manutenção da paz e tranquilidade pública;
- Transparência; e
- Mapeamento (reservas para zonas habitacionais, zonas agrícolas, zonas turísticas, zonas industriais)

Prioridades

Pilar	Prioridades
Desenvolvimento humano e social	<ul style="list-style-type: none">• Saúde• Educação:<ul style="list-style-type: none">◦ Ensino Técnico-profissional◦ Educação geral• Obras Públicas e Habitação:<ul style="list-style-type: none">◦ Vias de comunicação◦ Habitação para jovens.
Desenvolvimento económico	<ul style="list-style-type: none">• Agricultura, pecuária e pescas• Agro-indústria• Turismo e ambiente• Recursos minerais e energia
Boa governação	<ul style="list-style-type: none">• Descentralização e Desenvolvimento da Administração Local e Autárquica• Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública• Transparência
Assuntos transversais	<ul style="list-style-type: none">• Segurança Alimentar e Nutricional• HIV/SIDA

Monitoria e Avaliação do Plano de Acção do PEP II

Os meios de verificação da monitoria e avaliação do processo são os seguintes:

- Plano Económico e Social (PES) que dá o balanço das actividades implementadas pelo Governo;
- Plano Económico e Social distrital que espelha o grau de cumprimento das actividades ao nível do Distrito e das comunidades.

Os instrumentos da monitoria e avaliação do impacto são os balanços periódicos que deverão ser realizados, pelo menos no meio e no fim do período programado.

Os instrumentos da monitoria e avaliação de gestão são deverão ser realizados regularmente, pelo menos no meio e no fim de cada ano.

Orçamento

O orçamento global do plano estratégico é de 15.261.731 Mil Meticais durante os 10 anos, conforme a tabela abaixo.

Em média, metade do orçamento global é destinada ao pilar de desenvolvimento humano e social, quase um quarto (24%) ao pilar de desenvolvimento económico, 17% ao pilar de boa governação e 9% aos assuntos transversais. O orçamento deverá ser consolidado com o cenário fiscal de médio prazo do Governo.